

Reflexões sobre a apreensão da Teoria Marxista da Dependência no Serviço Social brasileiro

Maicon Cláudio da Silva¹

Davi Antunes da Luz^{2 e 3}

Resumo

Neste trabalho apresentamos uma síntese das principais categorias da Teoria Marxista da Dependência (TMD), evidenciando a necessidade de entendê-las como um todo articulado. Realizamos ainda um sobrevoo do estado da arte das pesquisas em Serviço Social no Brasil que se baseiam na TMD, a partir da busca por termos-chave nas Teses e Dissertações disponíveis no Portal da CAPES, bem como por meio de uma varredura das principais referências citadas. Como resultado, obtivemos que os trabalhos na área de Serviço Social concentram-se expressivamente no tema da superexploração em detrimento de outros e utilizam de maneira heterogênea as referências teóricas da TMD.

Palavras-chave

Teoria Marxista da Dependência; Serviço Social; Superexploração; Pós-graduação; Capitalismo dependente.

Reflections on the Understanding of the Marxist Dependency Theory in Brazilian Social Work

Abstract

In this paper, we present a synthesis of the main categories of the Marxist Theory of Dependency (MTD), highlighting the need to understand them as an articulated whole. We also conduct an overview of the state of the art of research in Social Work in Brazil that is based on the MTD, starting from the search for keywords in Theses and Dissertations available on the CAPES Portal, as well as through a scanning of the main cited references. As a result, we found that works in the area of Social Work are significantly focused on the theme of overexploitation to the detriment of others, and use the theoretical references of the MTD in a heterogeneous manner.

Keywords

Marxist Dependency Theory; Social Work; Overexploitation; Postgraduate; Dependent capitalism.

Artigo recebido em fevereiro de 2024

Artigo aprovado em abril de 2024





Introdução

Nos anos 1960, a disputa teórica e a luta política na América Latina se mesclavam frequentemente. Mais do que um exercício escolástico, a produção intelectual estava orientada pelo debate sobre os rumos que a sociedade latino-americana deveria tomar. Por um lado, no âmbito do pensamento burguês, o liberalismo – baseado na teoria das vantagens comparativas de David Ricardo – sustentava a vocação agromi-neira da América Latina, por outro lado, ainda no âmbito do pensamen-to burguês, o desenvolvimentismo – baseado nas teses da deterioração dos termos de troca, do economista argentino Raúl Prebisch – defendia que a industrialização seria a chave para a superação do subdesenvol-vimento que caracteriza a região. No âmbito da esquerda, a tese do-minante era a dos Partidos Comunistas, atrelados ao estalinismo da III Internacional. Segundo essa tese, a raiz do subdesenvolvimento latino-–americano era encontrada nos traços feudais que ainda dominavam sua economia. A consequência política dessa tese era a necessidade de aliança do incipiente proletariado com a burguesia nacional na cons-trução de uma revolução burguesa contra o latifúndio feudal.

Dois fatos, contudo, colocaram em xeque as teses de então. Por um lado, a Revolução Cubana de 1959, especialmente depois de assumir seu caráter socialista em 1962, demonstrou na prática que era possível uma revolução socialista ser vitoriosa na América Lati-na. Por outro, a economia latino-americana passava por uma trans-formação profunda que marcaria fortemente os rumos do seu de-senvolvimento nas décadas seguintes. O capital estrangeiro vinha adentrando cada vez mais na produção industrial latino-americana e, pouco a pouco, ele se tornava um aliado muito mais atrativo para a burguesia nacional do que o proletariado. Os golpes cívico-mi-litares, como o brasileiro de 1964, confirmaram politicamente essa transformação (Santos, 2018).

Nesse contexto, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) surge como uma resposta teórico-política a essas teses. Desenvolvimen-

to e subdesenvolvimento já não eram compreendidos como distintas etapas de um mesmo processo, mas como resultados contraditórios do desenvolvimento do capitalismo à escala mundial. Além disso, para a TMD, o subdesenvolvimento já não era visto como sinônimo da ausência de capitalismo, mas como resultado do desenvolvimento particular do capitalismo em determinada formação econômico-social. No âmbito político, as consequências principais foram duas: por um lado, a revolução latino-americana deveria ser de caráter socialista, e não mais burguês como se defendia até então; e por outro, em consequência, não havia mais espaço para alianças com a burguesia nacional.

Não obstante o avanço teórico-político que a TMD representou, durante décadas suas principais contribuições foram bloqueadas no Brasil. Apenas recentemente esse cenário mudou e uma série de pesquisadores e militantes brasileiros passaram a tratar distintos aspectos da economia, da sociedade e da política a partir das categorias-chave desenvolvidas pela TMD. Esse movimento também incidiu sobre o Serviço Social. Neste sentido, este artigo busca apresentar, de forma preliminar, uma análise quantitativa do estado da arte das pesquisas na área do Serviço Social baseadas na TMD. Como fonte de dados, foi utilizado o portal de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Brasil, 2024a). A escolha das teses e dissertações como amostra ocorreu devido à sua maior envergadura e acúmulo teórico.

O texto se divide em duas partes, além da introdução e da conclusão: na primeira, realizamos um esforço de síntese para apresentar os principais desenvolvimentos categoriais da TMD, com o fim de auxiliar investigações desta e outras áreas que trabalhem com esse arcabouço teórico-metodológico; na segunda, apresentamos nossos dados e colocações quanto à difusão da TMD no Brasil e no Serviço Social, desvelando, também, possibilidades para o avanço das pesquisas.



A Teoria Marxista da Dependência como um todo articulado

Apesar de envolver a contribuição de uma série de outros trabalhos e autores, consideramos que as bases fundamentais da TMD foram assentadas no ensaio seminal *Dialética da Dependência*, publicado por Ruy Mauro Marini em 1973⁴. Nesse texto, a análise de Marini parte da constatação de que as pesquisas sobre o capitalismo latino-americano geralmente incorrem em dois tipos de erro: ou “a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura” (Marini, 2005a, p. 137). No primeiro caso, adotam-se perspectivas universais – da abstração teórica – em detrimento de determinações mais concretas; no outro, ocorre uma hipertrofia da singularidade, do caso isolado, em prejuízo de determinações universais.

Nesses dois tipos de desvios teóricos apresentados por Marini, a dialética universal-particular-singular é rompida. Diante disso, e na contramão dessas perspectivas, a TMD restaura o lugar da particularidade, e seus autores, especialmente Ruy Mauro, buscam demonstrar o movimento particular do capitalismo na América Latina, em sua relação dialética com a acumulação de capital em escala mundial. Desse modo, Marini entende o capitalismo na América Latina como: “uma forma particular de reprodução capitalista e [...] uma forma particular de capitalismo: o dependente” (Osorio, 2009, p. 175). Daí que ele estabeleça que:

A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar *a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente*. Isso supõe, desde logo, situar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus intermediários pelos quais essas leis se vão especificando. (Marini, 2005b, p. 193, grifos nossos)

Portanto, a TMD deve ser entendida como uma teoria voltada para o nível da particularidade da reprodução do capitalismo dependente. É a partir dessa perspectiva que *Dialética da Dependência* se desta-

ca como um ensaio seminal. De fato, Jaime Osorio (2016, p. 118) afirma que: “Em *Dialética da dependência*, o marxismo latino-americano alcança seu ponto mais alto como formulação das leis e tendências que engendram e movem o capitalismo sui generis chamado dependente”. Já Marcelo Carcanholo afirma que, ainda que *Dialética da Dependência*

[...] no sea el primer trabajo donde se aborda la temática de las economías dependientes dentro de la lógica mundial de acumulación del capital, seguramente es el primero que se propone sistematizar las principales categorías de lo que es la condición dependiente desde una perspectiva marxista (Carcanholo, 2017, p. 73-74).

Em *Dialética da Dependência* já encontramos as principais categorias e perspectivas da TMD, como a transferência de valor da periferia para os países centrais, a superexploração da força de trabalho⁵ e a cisão do ciclo do capital na economia dependente. Não obstante, essas categorias não aparecem de maneira aleatória, mas sim como um todo articulado. De fato, Marini tem uma especial preocupação com o método, e, não por acaso, ele defende que: “O rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista” (Marini, 2005a, p. 139).

Para Marini (2005a), as categorias marxistas “não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam” (MARINI, 2005a, p. 139). Isso, contudo, não significa “em nenhum caso romper com a linha de raciocínio marxista” (Marini, 2005a, p. 139). Na verdade, o que o autor reivindica é que as categorias sejam ponderadas levando em conta as particularidades históricas e os distintos níveis de abstração, já que “é a forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano o que ilumina o estudo de sua gestação” (Marini, 2005a, p. 138-139).

No âmbito da articulação das categorias essenciais da TMD, Marini segue em *Dialética da Dependência* o caminho que parte “da circulação para a produção, para empreender depois o estudo da circulação



que esta produção engendra” (Marini, 2005b, p. 183). Esse percurso, segundo ele, corresponde ao caminho seguido por Marx em *O Capital*, em que o Mouro dedicou as primeiras seções do livro I aos problemas próprios da esfera da circulação, somente entrando no estudo da produção a partir da terceira seção.

Marini (2005a) parte, desse modo, da circulação, evidenciando primeiramente o papel desempenhado pela América Latina como colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos. Segundo o autor, a América Latina contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que “ao mesmo tempo que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria” (Marini, 2005a, p. 140).

Quando na Europa se produz a revolução industrial, na América Latina se desenrolavam os processos de independência política. Tão logo a emancipação política é conquistada, os novos Estados latino-americanos se articulam diretamente com a Inglaterra e, “em função do requerimento desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando a exportação supera as importações – de dívidas” (Marini, 2005a, p. 140).

É a partir desse momento que a América Latina se inserirá, assim como os centros capitalistas europeus, em uma estrutura muito bem definida: a divisão internacional do trabalho.

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (Marini, 2005a, p. 141)

Nesse processo, que não cabe aqui entrar em detalhes, a América Latina, mais do que apenas atender a uma necessidade de valores de uso da Europa, impulsionou a acumulação em solo europeu, isto

porque, “a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa” (Marini, 2005a, p. 144), ou seja, que a acumulação dependa mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que apenas da exploração do trabalhador.

Do ponto de vista do comércio internacional, um fato conhecido começa a ser verificado: o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas, mercadorias exportadas pela América Latina, é acompanhado de uma queda em seus preços em relação aos preços dos produtos manufaturados, exportados pelos países centrais. Esse fenômeno, que ficou conhecido pelo termo *deterioração dos termos de troca ou por intercâmbio desigual*, gerou um amplo debate sobre suas causas. Marini (2005a) deixa claro que evidentemente essa depreciação dos preços de bens primários não pode ter relação com a desvalorização real desses bens em virtude do aumento da produtividade, já que é precisamente na produção de bens primários que a produtividade se eleva mais lentamente. O autor também descarta explicações simplistas, que tratam a questão apenas como resultado da “lei da oferta e procura”. Criticando, ainda, teses que atribuem o uso da força e do poder dos países imperialistas como as razões dessa deterioração e relembra que “à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações” (Marini, 2005a, p. 150).

Para Marini (2005a), ainda que teoricamente o intercâmbio de mercadorias expresse a troca de equivalentes, na prática “observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferência de valor, passando por cima das leis de troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das



mercadorias.” (Marini, 2005a, p. 151). Esses mecanismos são distintos se operam no interior de uma mesma esfera de produção (de matérias-primas ou produtos manufaturados, por exemplo) ou se atuam no marco de distintas esferas.

No primeiro caso:

[...] por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribuem para fixar. Isso se expressa, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário, similar ao que constatamos ao examinar de que maneira os capitais individuais se apropriam do fruto da produtividade do trabalho. (Marini, 2005a, p. 151-152)

Já no segundo caso, quando as transações envolvem a troca de distintas classes de mercadorias, “o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor; isto é, vendam seus produtos a preços superiores ao seu valor, configurando assim uma troca desigual” (Marini, 2005a, p. 152). Do ponto de vista do comércio internacional, isso implica que os países dependentes transfere parte do valor que produzem para os países centrais.

A categoria *transferência de valor* ocupa lugar fundamental na TMD e, apesar de ser uma categoria propriamente da circulação, tem impactos decisivos também na esfera da produção. Isto ocorre porque no marco do intercâmbio desigual, “a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia” (Marini, 2005a, p. 153-154).

Nesse sentido, os países desfavorecidos pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e os valores das mercadorias exportadas, o que implicaria em aumentar a capacidade

produtiva do trabalho, mas, na verdade, compensam a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio de um maior recurso à exploração do trabalhador. “E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna. É para essa esfera que se deve deslocar, portanto, o enfoque de nossa análise.” (Marini, 2005a, p. 154).

No âmbito da produção aparece, portanto, uma das categorias de maior destaque da Teoria Marxista da Dependência: *a superexploração da força de trabalho*. Marini (2005a) aponta três mecanismos na esfera da produção que contra-arrestam a transferência de valor para os países centrais: o aumento da intensidade do trabalho como aumento da exploração e não do incremento da produtividade, a prolongação da jornada de trabalho e “um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual ‘o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital’” (Marini, 2005a, p. 154-155).

Nesses três mecanismos, a característica essencial é que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o gasto de sua força de trabalho: “[...] nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal.” (Marini, 2005a, p. 156-157). E em todos eles, que geralmente se apresentam de forma combinada, o trabalhador é remunerado abaixo do valor da força de trabalho.

Portanto, se por um lado, a América Latina contribui para que a acumulação de capital nos países centrais se dê com base no aumento da capacidade produtiva do trabalho, por outro o faz mediante o recurso à superexploração da força de trabalho. Isso é possível, na medida em que no capitalismo dependente ocorre um divórcio entre a produção e



a circulação do capital. A produção latino-americana surge para atender necessidades que se articulam na produção industrial dos países centrais, centrada portanto no mercado mundial, daí que não dependa da capacidade interna de consumo para efetuar sua realização.

Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. (Marini, 2005a, p. 162)

Esse é um ponto chave para entender o capitalismo dependente. Se nos países centrais, a oposição entre produtor e consumidor – gerada pelo duplo caráter do trabalho como produtor de trabalho útil e trabalho abstrato – é em certa medida contraposta pela forma que assume o ciclo do capital, já que o consumo individual do trabalhador desempenha papel importante na realização do capital, na periferia do sistema isso não acontece.

De fato, Marini afirma que na economia exportadora latino-americana:

Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo.” (Marini, 2005a, p. 164)

Apesar do que à primeira vista poderia parecer, o processo de industrialização pelo qual alguns países dependentes chegaram a passar ao longo do século XX não leva à eliminação da cisão entre as fases de produção e circulação do capital. Na verdade, a industrialização complexificou as relações de dependência, sem, contudo, rompê-las.

Segundo Marini (2005a), a economia exportadora exerce desde o início uma compressão permanente sobre o consumo individual do trabalhador, o que permitiu apenas o desenvolvimento de uma indústria débil, especialmente quando fatores externos, como crises ou limitações da balança comercial, dificultam o acesso do consumo às importações. Nos países dependentes, a industrialização não criou, portanto, sua própria demanda, mas nasceu para atender uma demanda já existente, especialmente das camadas mais altas. A indústria dependente se dedica, assim, à produção de bens que não entram, ou entram de maneira marginal, na composição do consumo popular, de modo que a produção não se vê afetada pela condição de salários dos trabalhadores.

Ela opera, portanto, “no marco de uma estrutura de mercado previamente dada” (Marini, 2005a, p. 170-171). Uma vez que, no início do processo de industrialização, a demanda das esferas altas de consumo era mais do que suficiente para atender às necessidades de realização da baixa oferta da nascente indústria dependente, não havia razões para que se aspirasse a uma situação distinta.

Partindo então do modo de circulação que caracteriza a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical. (Marini, 2005a, p. 171)

Conforme o setor industrial cresce, o caráter contraditório da industrialização dependente ganha novos matizes. A composição das importações se altera “por meio da redução do item relativo a bens de consumo e sua substituição por matérias-primas, produtos semi-ela-



borados e maquinário destinados para a indústria” (Marini, 2005a, p. 173). Consequentemente, o setor industrial precisa crescentemente de divisas que lhe garantam acesso a essas mercadorias disponíveis em sua grande maioria apenas no mercado mundial. Daí que a economia exportadora seja fundamental para a indústria dependente, apesar de reduzir o mercado interno por meio da superexploração da força de trabalho e, consequentemente, impedir a generalização de mercadorias da esfera alta para a esfera baixa de consumo.

Portanto, vemos que em Marini (2005a), categorias e concepções como *transferência de valor*, *superexploração da força de trabalho* e a *cisão das esferas de produção e circulação do ciclo do capital* estão estreitamente relacionadas, assim como a acumulação dependente é condicionada pelo movimento da acumulação mundial de capital. Perceber isto é importante para que se tenha uma análise totalizante do capitalismo dependente em suas várias dimensões.

Caberia ainda, mesmo que de maneira rápida, mencionar a categoria padrão de reprodução do capital. Criada por Marini (1982) e melhor desenvolvida teoricamente por Jaime Osorio (2012), a categoria padrão de reprodução do capital busca explicar “*cuando en espacios geoeconómicos y en períodos históricos determinados, el capital ha trazado (descubierto) un camino específico para reproducirse y valorizarse, que tiende a repetirse en sus procesos fundamentales*” (Osorio, 2016, p. 193). É, portanto, uma categoria própria de um nível de abstração menor, que “permite historicizar a reprodução do capital, respondendo as razões que tornam necessário que o capital se valorize assumindo a forma deste ou daquele valor de uso” (Silva; Luz, 2023), mas que pressupõe a vigência das categorias próprias do capitalismo dependente em geral.

Sobre a difusão da TMD no Brasil e no Serviço Social

Apesar de as principais contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD) terem sido produzidas principalmente por intelectuais

brasileiros exilados durante os anos 1960 e 1970, como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, apenas a partir dos anos 2000, o interesse pela dependência ganhou expressão no país. Essa demora em adentrar em território nacional, mesmo após o fim dos exílios políticos de seus autores, demonstra que havia aqui também uma espécie de “exílio teórico”, que dificultava a entrada da TMD nas universidades brasileiras, mesmo no âmbito do marxismo.

De fato, ainda que as discussões sobre a dependência na América Latina tenham ido muito além do terreno do marxismo, e envolvido intelectuais de distintas linhas teóricas, como os estruturalistas cepalinos ou a sociologia weberiana, este amplo debate que ocorreu na maioria dos países da América Latina, e também em outras partes do mundo, nas décadas de 1960 e 1970, não logrou, contudo, adentrar em território brasileiro.

Aqui, na verdade, houve um não-debate, e em seu lugar existiu uma leitura unilateral em relação às contribuições vinculadas ao marxismo e à luta revolucionária latino-americana. Tais contribuições, além de terem sido alvo da censura e da perseguição política, sofreram um sistemático trabalho de deturpação intelectual, no qual o ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso teve um papel central, contando também com a conivência de diversos intelectuais de peso e com uma tenaz inércia intelectual, que apenas recentemente tem sido rompida. (Prado, 2011, p. 69).

Fernando Henrique⁶, é bom lembrar, escreveu juntamente com José Serra o famoso artigo *As desventuras da dialética da dependência*, publicado em 1978 nos *Cadernos CEBRAP*, em que mais do que efetuar uma crítica séria ao ensaio seminal de Ruy Mauro Marini, criava um verdadeiro espantinho da TMD, tachando-a de estagnacionista. O artigo de FHC e Serra, assim como a resposta de Marini a ele (*Las razones del neodesarrollismo*), foram publicados na *Revista Mexicana de Sociología*. No Brasil, contudo, os *Cadernos CEBRAP*





nunca publicaram a resposta de Marini, tendo o público brasileiro amplo acesso apenas à “crítica” de FHC e Serra.

Durante quase 30 anos, desde que *Dialética da Dependência* foi publicado, o público brasileiro teve acesso direto, portanto, apenas à leitura deturpada de Cardoso e Serra sobre a TMD. Esse cenário começou a mudar em 2000, com a publicação do livro *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*, organizado por Emir Sader e que continha, finalmente, a primeira edição brasileira do ensaio *Dialética da Dependência*. Desde então, outras iniciativas resgataram de décadas de desconhecimento brasileiro obras de autores clássicos da TMD. Mencionamos aqui a coletânea publicada em 2005 pela editora Expressão Popular, *Ruy Mauro Marini: vida e obra*, organizada por Roberta Traspadini e João Pedro Stédile; também a publicação pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina e pela editora Insular das primeiras traduções brasileiras de *Subdesenvolvimento e Revolução*, de Ruy Mauro Marini, publicado em 2012, *O capitalismo dependente latino-americano*, de Vânia Bambirra, publicado em 2013, e *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*, de Theotônio dos Santos, publicado em 2018; assim como a publicação pela editora Expressão Popular, em 2019, de *O reformismo e a revolução: estudos sobre o Chile*, também de Marini.

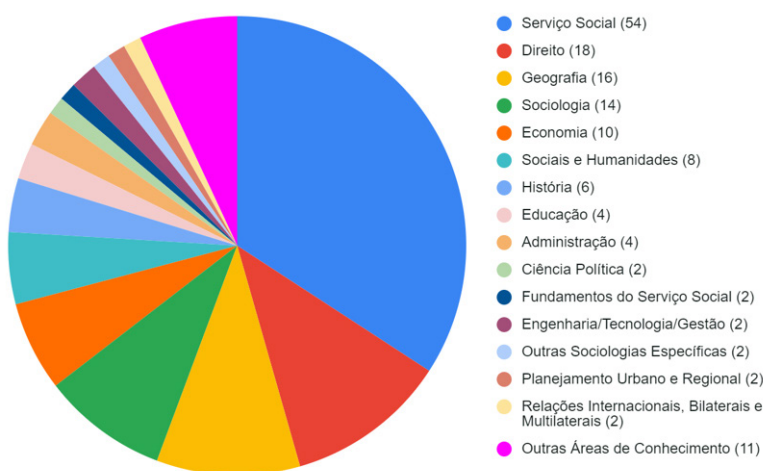
No âmbito do Serviço Social, vale pontuar artigos que serviram para difundir a TMD na área, tal como *Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte?*, publicado por Beatriz Augusto de Paiva e Nildo Domingos Ouriques na *Revista Katálisis* em 2006 – que se não foi o primeiro, certamente foi um dos primeiros trabalhos da área a se basearem no arcabouço teórico-metodológico da TMD – e, posteriormente, *Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência*, de Beatriz Paiva, Mirella Rocha e Dilceane Carraro, publicado na *Revista Ser Social* em 2010. Desde

então, assim como nas Ciências Sociais de maneira geral, a influência da TMD no Serviço Social se multiplicou.

Diante disso, nesta pesquisa, partimos de um levantamento de teses e dissertações do banco de dados da CAPES com o objetivo de traçar um ‘termômetro’ dos estudos dentro do Serviço Social baseados na TMD⁷. Vale a pena dizer que não realizamos uma análise teórica destes textos, mas sim um levantamento quantitativo de categorias, referências bibliográficas, bem como a distribuição, no tempo e no espaço, das produções. Para tanto, filtramos dentro do portal da CAPES os termos-chave: *superexploração*, *teoria marxista da dependência*, *padrão de reprodução do capital*, *ciclo do capital* e *transferência de valor*⁸ para explorar sua incidência nos trabalhos vinculados à área de conhecimento do Serviço Social.

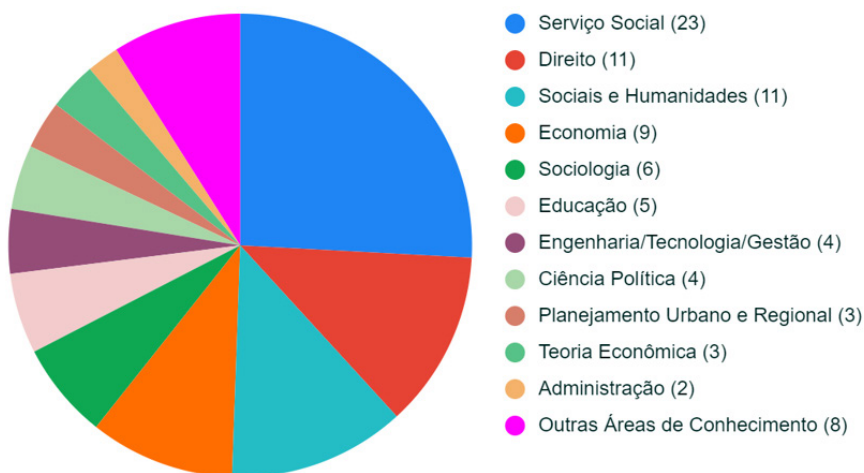
A busca pelo termo *superexploração* resultou em 158 ocorrências, com 54 destas pertencentes à área de conhecimento de Serviço Social (Gráfico 1). Já o termo *teoria marxista da dependência* apresentou 89 resultados totais, com apenas 23 na área de conhecimento de Serviço Social (Gráfico 2) (Brasil, 2024a).

Gráfico 1: Incidência do termo *superexploração* nas Teses e Dissertações.



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores com os dados coletados em Brasil (2024a).

Gráfico 2: Incidência do termo Teoria Marxista da Dependência nas Teses e Dissertações.

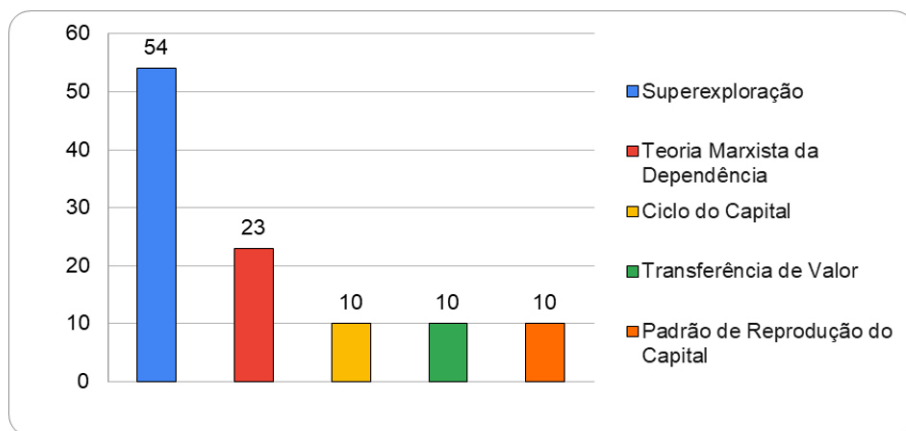


Fonte: Gráfico elaborado pelos autores com os dados coletados em Brasil (2024a).

Nos dois casos, a área de Serviço Social destacou-se como a de maior incidência dos termos. Já na busca pelo termo *padrão de reprodução do capital*, que teve um total de 113 trabalhos identificados, e aparece principalmente na área de Economia (12 trabalhos), o Serviço Social aparece em seguida, com 10 resultados (Brasil, 2024a). Por último, termos como *ciclo do capital e transferência de valor*, que aparecem, respectivamente, 325 e 654 vezes no portal da CAPES, possuem apenas 10 resultados cada na área de Serviço Social, com suas principais incidências sendo em outras áreas do conhecimento (Brasil, 2024a).

Quando desdobramos a busca pelos termos apenas para resultados na área de Conhecimento do Serviço Social, encontramos a seguinte distribuição:

Gráfico 3: Incidência dos termos ligados à TMD nos trabalhos do Serviço Social.



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores com os dados coletados em Brasil (2024a).

Comparativamente, podemos perceber que a incidência do termo *superexploração* é maior do que todo os demais termos somados e mais do que o dobro do que a incidência do segundo termo mais comum (*teoria marxista da dependência*), indicando que na área pode existir certo hiperfoco na temática da superexploração, em detrimento de outras. De fato, a superexploração da força de trabalho é uma categoria fundamental da TMD, contudo, só pode ser efetivamente compreendida se articulada com as demais categorias que caracterizam a legalidade específica do capitalismo dependente.

Essa necessidade de análise totalizante fica clara, por exemplo, na crítica de Marini (2005a) ao esquema da marginalidade de Aníbal Quijano, que segundo ele, “conduz à identificação de um pólo marginal nessas sociedades que não guarda relação com a maneira como ali se polarizam as contradições de classe” (Marini, 2005a, p. 190). Marini demonstra assim, como a situação da classe trabalhadora na economia dependente está intimamente ligada aos movimentos da acumulação de capital.



Além disso, como demonstrou Vânia Bambirra, “*el concepto de superexplotación no debe ser confundido con el de pauperización, [...] pues éste remite a las condiciones de vida del obrero y no al proceso productivo*” (Bambirra, 1983, p. 70). Portanto, ainda que a superexploração gere efetivamente piores condições de vida para os trabalhadores, não deve ser confundida como sinônimo dessas condições precárias, e nem mesmo entendida como simples expressão da questão social na América Latina; portanto, não sendo identificada ou articulada com as contradições da produção capitalista dependente.

Pensar a superexploração por si mesma pode levar também a alguns equívocos teóricos, tal como, identificá-la como consequência da sobrevivência de modos primitivos de acumulação. Supor isso acarretaria o entendimento equivocado de que o desenvolvimento capitalista dependente poderia superar a superexploração e “reunir as condições para solucionar indefinidamente suas contradições internas.” (Marini, 2005b, p. 192).

Ademais, o próprio nível de superexploração da força de trabalho, seja maior ou menor, é determinado não apenas pela luta de classes, mas também pelo movimento de acumulação no capitalismo dependente. Este movimento está estreitamente relacionado às transferências de valor para os países centrais, ao grau de cisão entre as esferas de produção e circulação no ciclo do capital dependente e ao ritmo da acumulação mundial de capital.

Isso é importante, porque, como demonstrou Carcanholo (2017), a superexploração pode ser entendida como forma ou categoria. Isto é, enquanto forma específica de elevar a taxa de mais-valia por meio de situações em que o salário se encontre abaixo do valor da força de trabalho, ela é comum a qualquer capitalismo, seja central ou dependente. Contudo, como categoria, articulada a particularidades próprias da reprodução do capital, está restrita ao capitalismo dependente. Precisar isso é fundamental, porque, caso contrário pode-se, além de confundir determinações de categorias e formas, acabar por retirar “*la especifici-*

dad de la condición dependiente y, con esto, ¿cuál sería el sentido de una teoría específica de la dependencia?” (Carcanholo, 2017, p. 128).

De fato, há algumas décadas, Vânia Bambirra já havia chamado atenção para essa diferenciação, ao afirmar que:

[...] el fenómeno de la superexplotación del trabajo puede ocurrir en los países capitalistas desarrollados, puede incluso intensificarse en periodos de crisis, pero *lo específico de los países dependientes es que ese fenómeno ocurre de manera permanente y sistemática.* (Bambirra, 1983, p. 70, grifos nossos)

Retornando à análise do estado da arte, constatamos que a inserção da TMD nas teses e dissertações do Serviço Social, apesar de ser recente, cresceu especialmente nos últimos dez anos. Durante o período de 2013 até 2018 foram encontrados 31 trabalhos no portal da CAPES, enquanto de 2019 até 2023 foram publicados 65 trabalhos. Ao total, na pesquisa dos cinco termos ligados à TMD que buscamos, obtivemos 96 resultados, sendo 40 teses e 56 dissertações.

Quanto à distribuição regional e por universidades, encontramos que: quase metade dos resultados vem da região Sudeste (41 trabalhos), com 20 e 7 destes, sendo, respectivamente, da UFRJ e da UFES; a região Sul aparece em segundo lugar (26 trabalhos) sendo 17 deles da UFSC – o que a torna a segunda universidade brasileira com mais resultados; no Nordeste (24 resultados), destacam-se a UFES, UFPB e UFAL com 7, 6 e 6 trabalhos respectivamente; já as regiões Centro-Oeste e Norte apresentaram uma baixa incidência na nossa pesquisa, com 3 e 2 trabalhos encontrados, respectivamente⁹.

Também realizamos a análise das referências bibliográficas dos trabalhos totais, relacionando tanto a incidência de certos autores quanto de suas obras. Ruy Mauro Marini foi o mais referenciado, com 67 trabalhos o citando, porém, também sublinhamos as aparições de outros autores clássicos como Jaime Osorio – com 46 trabalhos –, Vânia Bambirra (33), Theotônio dos Santos (24), Adrián Sotelo Valencia (20) e André Gunder Frank (19). Quanto aos intérpretes brasileiros da TMD,



destacamos a presença de Mathias Luce (41), Marcelo Carcanholo (34), Marisa Silva Amaral (25), Roberta Traspadini (23) e Beatriz Paiva (23), Nildo Ouriques (15) e Reinaldo Carcanholo (14).

Ademais, quanto às principais obras de autores clássicos da TMD, listadas nas teses e dissertações, encontramos que as três principais bibliografias citadas são, respectivamente: os trabalhos de Marini *Dialética da Dependência* – obra referenciado 39 vezes entre os 54 trabalhos que tiveram como resultado o termo superexploração – e *Subdesenvolvimento e Revolução* – referenciado 23 vezes –, além do livro *O Capitalismo Dependente Latino-Americano* (14) de Vânia Bambirra. Também verificamos que as obras de Jaime Osório: *Padrão de Reprodução do capital: uma proposta teórica* (7), *O Estado no Centro da Mundialização* (6) e *Fundamentos da Superexploração* (5) também estão entre as dez obras mais referenciadas.

Vale evidenciar que a aparição de outros clássicos da TMD – Sotelo Valencia, dos Santos e Gunder Frank –, apesar de ser relevante, foi muito menos homogênea, concentrando-se em poucas dissertações e teses, e menos frequente do que de certos intérpretes da TMD, tal como Carcanholo, Amaral e Luce (que, no total, é o segundo autor mais referenciado). Já as referências a Vânia Bambirra, por outro lado, apesar de bem difundidas e numerosas, foram concentradas especialmente em *O capitalismo dependente latino-americano*. Por outro lado, Orlando Caputo e Roberto Pizzaro, que publicaram no Chile o importante *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*, foram citados apenas uma vez. Estes dados evidenciam também o fato de que textos que possuem edições brasileiras traduzidas, como as obras citadas no início desta seção, são mais estudados e referenciados nos trabalhos da área que textos ainda inéditos no país.

Considerações finais

Nas últimas duas décadas, ainda que tardiamente, o “exílio teórico” vivido pela TMD no Brasil parece ter se revertido. No âmbito das teses

e dissertações, os dados que levantamos apontam a presença de pesquisas baseadas na TMD em áreas tão variadas como Direito, Economia, Sociologia, Geografia e História. Contudo, como vimos, o Serviço Social é a área de maior incidência de trabalhos com esse referencial. Além disso, outro dado torna a importância do Serviço Social ainda mais valorosa. Trata-se do fato de que, de acordo com a Sucupira (Brasil, 2024b), o Serviço Social, entre todas as áreas encontradas em nosso levantamento, é a que possui menor número de programas de pós-graduação. Na área de avaliação de Serviço Social são apenas 36 programas (Paiva; Teles; Luz; Corrêa; Gonçalves, 2023), enquanto, no Direito, em Economia, Sociologia, Geografia e História, por exemplo, são, respectivamente, 133, 77, 53, 78 e 81 programas de pós-graduação (Brasil, 2024b). Isto evidencia que a expressiva presença da TMD no Serviço Social, em números absolutos, é ainda maior em termos relativos à dimensão da área.

A entrada da TMD na área de Serviço Social, como vimos, não é isenta de contradições. Nosso levantamento das teses e dissertações evidenciou que o termo superexploração aparece mais do que o dobro de vezes do que o termo teoria marxista da dependência, por exemplo. Isso pode indicar um hiperfoco nessa categoria em detrimento de outras que, como mencionamos, fazem parte de um todo articulado. O foco excessivo na categoria superexploração, eventualmente desarticulado das demais categorias que explicam a legalidade própria do capitalismo dependente, pode contribuir também para possíveis equívocos teóricos, como a identificação da superexploração com suas expressões fenomênicas, como a precarização das relações de trabalho, a pauperização das condições de vida e opressões sofridas por frações particulares da classe trabalhadora.

Ademais, mesmo que desconsideremos o caso específico de *Dialética da Dependência*, ensaio seminal da TMD e, portanto, incontornável, verificamos que há uma alta concentração das referências bibliográficas das teses e dissertações em apenas alguns poucos trabalhos



e autores clássicos, especialmente Ruy Mauro Marini, e intérpretes, como Mathias Seibel Luce. Recuperar, portanto, outras obras e autores importantes para o desenvolvimento teórico da TMD, especialmente em trabalhos ainda inéditos no Brasil, torna-se tarefa imprescindível para tornar mais robustas as investigações sobre o capitalismo dependente no âmbito da Pós-graduação em Serviço Social no país.

Vale dizer que nos propusemos aqui a fazer apenas um sobrevoo pelo estado da arte dos estudos a partir da TMD na área de Serviço Social. Contudo, para uma compreensão mais densa seria necessário revisar com mais profundidade – e tempo – os trabalhos que fazem o uso das categorias da TMD. Além disso, a pesquisa poderia ampliar seu escopo ao analisar também artigos de periódicos, trabalhos publicados em eventos científicos e monografias. Não obstante, consideramos que para uma primeira aproximação ao tema, nossa escolha pelas teses e dissertações – trabalhos de fôlego e geralmente condensadoras de acúmulo teórico – foi suficiente para o objetivo que aqui nos propusemos.

A tarefa da TMD na busca pela determinação da legalidade específica que rege a economia dependente não é fácil. Isto porque, por ser uma teoria situada no nível de abstração da particularidade, exige dos pesquisadores que situem seus estudos na análise das determinações das leis do desenvolvimento do capitalismo em geral, mas buscando sempre definir graus intermediários de seu movimento. No resgate crítico da TMD é fundamental também, como menciona Carcanholo (2017), evitar a utilização acrítica das categorias desenvolvidas por essa tradição, sem levar em conta as transformações históricas do capitalismo contemporâneo, assim como, por outro lado, sem mistificar as especificidades próprias da contemporaneidade, o que no limite levaria à conclusão de que a TMD precisaria ser totalmente reformulada.

Resgatar criticamente a TMD implica, pois, que se recupere as principais teses desenvolvidas por seus autores, entre as quais as relações entre centro e periferia como unidade contraditória no sistema capita-

lista mundial, a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais, o rol central da superexploração da força de trabalho, assim como a cisão entre as fases de produção e circulação no ciclo do capital dependente, para analisar a contemporaneidade. Esse resgate se faz imprescindível na medida em que as condições próprias do capitalismo dependente seguem vigentes.

Nas palavras de Vânia Bambirra:

La teoría de la dependencia será algún día, que espero no tarde mucho, pieza del museo de la historia del pensamiento de los antiguos pueblos oprimidos. Para que esto ocurra es necesario primero que sean superadas las condiciones que la hicieron necesaria: el capitalismo dependiente (Bambirra, 1983, p. 73-74)

Referências

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.

BAMBIRRA, V. **Teoría de la dependencia**: una anticrítica. Cidade do México: Era. 1983.

BRASIL. FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 11 jan. 2024a.

BRASIL. PLATAFORMA SUCUPIRA. **Cursos Avaliados e Reconhecidos**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaAvaliacao.jsf>. Acesso em 11 jan. 2024b.

CAPUTO, O; PIZARRO, R. **Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2022.

CARCANHOLO, M. D. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis**: Una interpretación desde Marx. Madrid: Maia, 2017.

CARDOSO, F.; SERRA, J. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. **Revista Mexicana de Sociología**, Ano XL, Vol. XL, 1978.





CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

MARINI, R. M. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

MARINI, R. M. Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile. **Cuadernos CIDAMO**, n. 7, México, 1982.

MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo (Respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). **Revista Mexicana de Sociología**, Ano XL, Vol. XL, 1978.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARINI, R. M. **O reformismo e a contrarrevolução**: estudos sobre o Chile. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OURIQUES, N. D. Por uma teoria marxista da dependência. In: SEABRA, Raphael Lana (Org.). **Dependência e marxismo**: contribuições ao debate crítico latino-americano. Florianópolis: Insular, 2016.

OSORIO, J. Dependência e superexploração. In: MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, J. **Teoría Marxista de la dependencia**: história, fundamentos, debates y contribuciones. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2016.

PAIVA, B. A. de; TELES, H.; LUZ, Davi A. da; CORRÊA; L. D.; GONÇALVES, D. S. de; **A Questão Social e o Serviço Social**: reflexões desde a pós-graduação. Anais da XI Jornada Internacional Políticas Públicas. São Luís, Maranhão, Brasil. 2023. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissaoid_3193_31936498480d59548.pdf

PAIVA, B. A. de; OURIQUES, N. D. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Revista Katalysis**, v. 09, p. 166-175, 2006.

PAIVA, B.; ROCHA, M.; CARRARO, D. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **SER Social**, [S. l.], v. 12, n. 26, p. 147–175, 2010.

PRADO, F. C. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. In: **Comunicação & Política**, v. 29, n. 2, 2011.

SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, T. dos. **Socialismo ou Fascismo**: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Florianópolis: Insular, 2018.

SILVA; M. C. da; LUZ, D. A. da. Padrão de reprodução do capital: uma contri-buição da teoria marxista da dependência à ecologia. **Serviço Social & So-ciedade**, 146 (3), 2023.

TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Notas

- 1 Doutorando em Economia pela Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF), Ni-terói/RJ, Brasil. Mestre em Serviço Social e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Secretário do Instituto de Estu-dos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IELA-UFSC), Florianópolis/SC, Brasil. E-mail: maicon.claudio@ufsc.br.
- 2 Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (PP-GSS/UFSC). Mestre em Serviço Social e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do Instituto de Es-tudos Latino-Americanos (IELA-UFSC). Florianópolis/SC, Brasil. Email: antunes-davi@gmail.com
- 3 Organização de fomento do doutorando Davi Antunes da Luz: Fundação Coorde-nação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
- 4 Como afirma Nildo Ouriques: “Seria injusto não reconhecer que Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, entre outros, também contribuíram na direção de uma teoria marxista da dependência; sim, o fazem, mas é em Marini que tal possibi-lidade ganha sua expressão mais acabada ou, como comumente se reconhece, mais rigorosa.” (Ouriques, 2016, p. 148)
- 5 Ainda que Marini tenha utilizado o termo superexploração do trabalho, optamos por utilizar superexploração da força de trabalho em concordância com os ar-gumentos apresentados por Carcanholo (2017), para quem assim, ademais de





se garantir um maior rigor teórico e metodológico para com a teoria do valor de Marx, evita-se a confusão entre a força de trabalho enquanto mercadoria (portanto unidade entre valor e valor de uso), com seu valor de uso específico (o trabalho).

- 6 Vale dizer que Fernando Henrique Cardoso, juntamente com Enzo Faletto, são os principais nomes da vertente weberiana da Teoria da Dependência, que defendia ser possível que os países dependentes se aproveitassem de determinados fatores políticos internos e externos para promoverem o desenvolvimento econômico (Cardoso; Faletto, 1973).
- 7 Todos os resultados da CAPES foram filtrados nas próprias ferramentas do sítio eletrônico. Foram selecionados os trabalhos incluídos na opção de “Área de Conhecimento”. Portanto, trabalhamos apenas com as Teses, Dissertações e Trabalhos de Mestrados Profissionais que foram classificados nesta Área de Conhecimento pela CAPES (Brasil, 2024a).
- 8 Não incluímos nessa pesquisa os termos Capitalismo dependente e dependência, pois, no primeiro caso, existem autores, tais como Florestan Fernandes, que não pertencem à tradição teórica da TMD, mas que fazem uso deste termo; e no segundo caso, pois o termo dependência é utilizado em outros sentidos, como, por exemplo, em trabalhos sobre dependência química.
- 9 Vale lembrar que as regiões Norte e Centro-oeste possuem, cada uma, apenas três programas de pós-graduação vinculados ao Serviço Social. Enquanto as regiões Nordeste, Sudeste e Sul possuem 12, 12 e 6, respectivamente (Paiva; Teles; Luz; Corrêa; Gonçalves, 2023).